



## PORTARIA Nº 683/2021 - GAB/SEAP/PA

Belém (PA), 16 de agosto de 2021.

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará (SEAP), no uso de suas atribuições legais, torna pública a Portaria de credenciamento de docentes residentes e domiciliados no Estado do Pará.

CONSIDERANDO o art. 1º da Resolução nº 322/2019 – CONSUP, que regulamenta os Cursos Formação dos agentes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS -, sendo que, por conta da referida Resolução, o credenciamento e a posterior realização dos respectivos cursos não se submetem à aprovação do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de cadastramento prévio como critério de seleção e disponibilidade para eventual contratação de profissionais a fim de atuarem como professores/instrutores nas demandas referentes à capacitação continuada e treinamento de servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Pará cujos cursos são executados pela Escola de Administração Penitenciária (EAP).

### RESOLVE:

**Art. 1º** Abrir credenciamento de docentes, de forma contínua, para compor o Banco de Dados da Escola de Administração Penitenciária (EAP) a fim de atuarem como professores/instrutores nas demandas de capacitação e treinamento de servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará–SEAP/PA.

**Art. 2º** Os candidatos interessados na inscrição deverão preencher os requisitos contidos no **Anexo I** para o quadro de disciplinas apresentado no **Anexo VII**, ambas partes integrantes desta portaria.

**Art 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**JARBAS VASCONCELOS DO CARMO**  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária



## ANEXO I

### 1. DA ORGANIZAÇÃO

1.1. A seleção dos professores/instrutores será conduzida pela Comissão de Avaliação e Seleção legalmente constituída por servidores da EAP, com representantes da SEAP, nomeados através de portaria específica, conforme **Anexo II** da referida Portaria.

### 2. DO ACESSO AO EDITAL

2.1. Os interessados poderão ter acesso a Portaria e seus anexos, via site da SEAP [www.seap.pa.gov.br](http://www.seap.pa.gov.br) e a ficha de inscrição através do link <http://eap.seap.pa.gov.br/cadastrdocente/>, assim como obter outras informações e esclarecimentos específicos sobre o objeto desta Portaria via e-mail: [eapcadastrdocente@gmail.com](mailto:eapcadastrdocente@gmail.com) ou através dos telefones: (91) 3342-2350/3342-2375/98897-1119.

2.2. Fica assegurado à SEAP o direito de revogar, no todo ou em parte, desta Portaria de Credenciamento, mediante justificativa, sem que caiba qualquer indenização ou compensação aos credenciados convocados ou com expectativa de convocação.

### 3. DO OBJETO

3.1. Constitui-se objeto desta Portaria o credenciamento de pessoa física para atuar como professor/instrutor na EAP no período estabelecido de 02 (dois) anos a contar da publicação do Edital do resultado final dos credenciados.

3.1.1. O credenciamento visa atender as eventuais demandas de aprimoramento dos servidores do Sistema Penitenciário a serem realizadas em todas as regiões do Estado do Pará, depois de atendidos os critérios estabelecidos na presente Portaria e seus anexos, respeitando os Planos de Curso e as Ementas das disciplinas, definidas pela EAP e aprovadas pela Escola de Formação de Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN/Departamento Penitenciário Nacional -DEPEN).

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação dos interessados para o processo de credenciamento é aberta aos profissionais com formação em nível médio e nível superior em qualquer área de atuação, que sejam maiores de 18 (dezoito) anos e nacionalidade brasileira, respeitando-se os critérios definidos nos **Anexos III e IV**, partes integrantes desta Portaria.

4.2. O Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas a seguir e seus anexos.

4.2.1. A elaboração do conteúdo a ser ministrado é de inteira responsabilidade dos professores/instrutores credenciados e selecionados, contudo, deve seguir a proposta da ementa da respectiva disciplina, como também ser aprovado pela Coordenação Pedagógica do curso.

4.2.2. O material didático (texto base/apostilas, slide de apresentação, vídeo aula, e outros) produzido pelo professor/instrutor, após aprovação da Coordenação Pedagógica do curso, deve ser disponibilizado na íntegra para a Escola de Administração Penitenciária, podendo ser utilizado pela mesma



conforme necessidade de eventuais projetos específicos. Portanto o professor/instrutor deverá assinar a Declaração de Anuência de Uso de Material Didático Pedagógico, autorizando o uso dos respectivos materiais didáticos supracitados, **Anexo V**, desta Portaria.

4.2.3. O (a) profissional interessado (a) no credenciamento deve ter experiência pretérita no exercício de função relacionada às disciplinas práticas (operacionais) e/ou experiência docente comprovada.

## 5. DA INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições ocorrerão através do link <http://eap.seap.pa.gov.br/cadastrdocente/>.

5.2. Os interessados poderão escolher **até 5 (cinco) disciplinas** para credenciamento, em conformidade com a sua formação acadêmica e requisitos objetivos constantes no **Anexo VII**.

5.3. O Edital do resultado final dos professores/instrutores credenciados será publicada no site da SEAP [www.seap.pa.gov.br](http://www.seap.pa.gov.br).

## 6. DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Somente estará apto ao credenciamento o interessado que anexar, via link de inscrição, os seguintes documentos e títulos:

a) Cópia simples dos documentos pessoais: RG e/ou CTPS e/ou Certidão Nascimento, CPF, NIT/PIS/PASEP, Certidão de quitação eleitoral, e Certificado de Reservista (para o sexo masculino);

b) Comprovante de conta corrente em nome de pessoa física, **do Banco do Estado do Pará – BAN-PARÁ** (conforme Dec. Estadual nº 877/2008), para eventual pagamento dos serviços prestados;

c) Currículo Lattes atualizado, além de comprovantes dos cursos, formação acadêmica, formação complementar, atuação profissional e experiência docente; e

d) Comprovante de residência atualizado ou Declaração de residência devidamente registrada em cartório.

6.2. A ausência de quaisquer dos documentos ou a presença de irregularidades nos mesmos inviabilizará a análise do pedido de credenciamento pela Comissão de Avaliação e Seleção.

6.3. O professor/instrutor que já realizou seu cadastro no banco de dados da EAP/SEAP anterior à data de publicação desta Portaria deverá realizar a atualização cadastral seguindo as regras desta Portaria.

6.4. O professor/instrutor será responsável por qualquer erro ou omissão de informações prestadas no momento da inscrição, cadastro e currículo.

6.4.1. A EAP/SEAP não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica, problemas em computadores falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:



a) Restrições junto a Assessoria de Segurança Institucional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará e de sua Corregedoria.

6.6. Cumprido os requisitos desta Portaria e após a apreciação da Comissão de Avaliação e Seleção os interessados ficaram automaticamente credenciados no banco de dados da EAP/SEAP na condição de professor/instrutor reserva para eventual contratação.

6.7. A participação do profissional no Encontro Pedagógico e Cursos de Aperfeiçoamento de docente será uma condição indispensável para convocação para eventuais projetos da EAP/SEAP.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

7.1. Todos os interessados que tenham seu credenciamento deferido serão classificados em ordem decrescente de pontuação, de acordo com o quadro de pontuação curricular, em conformidade com o **Anexo VII** desta Portaria.

7.2. Os credenciados que alcançarem as melhores colocações terão prioridade para contratação observando as condições específicas do projeto e respeitando o limite máximo de 180 horas/ano de serviço prestado a EAP como docente.

7.3. Caso não haja credenciados para atender as demandas específicas por disciplina e ou região, a direção da EAP poderá chamar professor/instrutor fora do cadastro, em caráter excepcional.

## **8. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1 A remuneração pelos serviços prestados será conforme Resolução nº 148/2015 - CONSUP, a serem deduzidos encargos tributários conforme previstos em lei, sendo o mesmo valor pago por qualquer município trabalhado.

8.2. O pagamento será efetuado exclusivamente por ordem bancária e/ou crédito na conta corrente previamente indicada pelo credenciado, em até 60 (sessenta) dias úteis após a apresentação do relatório da(s) atividade(s), atestado pela Coordenação Pedagógica do curso.

8.3 Em caso de haver restrições orçamentárias, conforme projeto específico, a EAP/SEAP poderá propor ao professor/instrutor novas condições. Esse poderá aceitar ou não a convocação.

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. Constituem partes integrantes desta Portaria os seguintes anexos:

**Anexo II** – PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

**Anexo III** – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITE.

**Anexo IV** – DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE NÃO HAVER INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.

**Anexo V** – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE USO DE MATERIAL DIDÁTICO.

**Anexo VI** – RESOLUÇÃO Nº 148/2015 - CONSUP

**Anexo VII** - MATRIZ CURRICULAR



9.2. Todos os profissionais que ao final do processo de avaliação demonstrem condições técnicas e total cumprimento às normas descritas desta Portaria serão credenciados a prestar serviços à EAP/SEAP, não existindo um número mínimo e máximo de profissionais credenciados.

9.3. O credenciamento terá validade de 02 (dois) anos a contar da data de publicação do Edital do resultado final e servirá apenas para formar um banco de dados/talentos para professores/instrutores da EAP/SEAP, não criando vínculo, garantia ou obrigatoriedade de contratação fora do estabelecido desta Portaria de Credenciamento.

9.4. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro cadastral do profissional que deixar de satisfazer as exigências desta Portaria.

9.5. Os profissionais serão responsáveis a qualquer época, pela fidelidade das informações dos documentos prestados.

9.6. A participação no presente credenciamento importa na aceitação integral e irretroatável das normas contidas nesta Portaria.

9.7. A EAP/SEAP poderá, a qualquer tempo excluir ou alterar a área de conhecimento para credenciamento e, também alterar a forma de disposição das informações requeridas nos anexos e desta Portaria, sem que isto represente um novo processo de credenciamento, desde que o motivo seja para adequar o instrumento de credenciamento à necessidade de atender à variedade de demanda de seus servidores, ocasião em que a referida mudança será objeto de informação de domínio público.

9.8. O docente que deseja substituir ou incluir disciplinas em seu cadastro terá que solicitar via e-mail [eapcadastrodedocente@gmail.com](mailto:eapcadastrodedocente@gmail.com) para Direção da EAP/SEAP com o documento de comprovação na área da disciplina pretendida.

9.9. Todo e qualquer esclarecimento referente a este processo de credenciamento deverá ser por e-mail [eapcadastrodedocente@gmail.com](mailto:eapcadastrodedocente@gmail.com) para Direção da EAP/SEAP, com prazo de resposta máximo de 03 (três) dias úteis.

9.10. Os casos omissos serão resolvidos pela EAP em conjunto com a Comissão de Avaliação e Seleção, com prazo de resposta máximo de 03 (três) dias úteis.

Belém (PA), 16 de agosto de 2021.

**JARBAS VASCONCELOS DO CARMO**  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária



## ANEXO II

**PORTARIA Nº 24/2021 – GAB/SEAP/PA**

Belém-Pa, 13 de janeiro de 2021.

### PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Dispõe sobre o credenciamento de pessoas físicas para integrarem o cadastro para eventual contratação de profissionais a fim de atuarem como professores(as)/instrutores(as) na Escola de Administração Penitenciária do Estado do Pará (EAP) nas demandas de formação de servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP.

**O Secretário de Estado de Administração Penitenciária**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear a Comissão permanente para, tendo em conta às regras contidas no Edital nº 01/202-EAP/SEAP/PA, receba as inscrições dos interessados, proceda à respectiva seleção dos candidatos e publique o resultado final contendo os nomes dos que comporão o cadastro da EAP como professores(as)/instrutores(as), adotando todas as medidas necessárias para preservar a imparcialidade, legalidade, moralidade e publicidade do certame.

**Art. 2º.** A Comissão será composta por Carlos Gilberto Chaves Alho, Auxiliar Operacional, Gerson Haroldo Nobre Barbosa, Auxiliar de Informática, Telma Maria Medeiros de Lima, Técnico em Gestão Penitenciária, Silvia Cristina Pinheiro Siqueira, Assistente Administrativo, e Paulo Rocha Cunha, Coordenador de Trabalho e Produção para a conclusão do trabalho.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém (PA), 13 de janeiro de 2021.

**JARBAS VASCONCELOS DO CARMO**  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária



### ANEXO - III

#### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITE

Declaro, sob as penas da lei, para fins de credenciamento junto a EAP/EAP que:

Estou ciente e aceito todos os termos e condições do Edital de Credenciamento e seus anexos e a elas desde já me submeto;

Estou ciente que o presente Edital de Credenciamento não significa obrigatoriedade da EAP/SEAP solicitar a prestação de serviços e não há garantia de quota mínima ou máxima de trabalhos;

Não estou em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. E ainda que o presente Credenciamento não gere direito subjetivo à minha efetiva contratação, razão pela qual, assumo a responsabilidade do recolhimento de toda e qualquer despesa de natureza trabalhista e previdenciária.

Não sofri, no exercício da função pública, penalidade por prática de atos desabonadores.

E, por ser expressão da verdade, firmo a presente em uma única via, para que surta os efeitos desejados.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(Local, data)

---

Nome completo do(a) Credenciado(a) (letra legível)

---

Nº. RG

---

Assinatura do(a) Credenciado(a)



## ANEXO - IV

### DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE NÃO HAVER INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo do credenciado), servidor da Administração Direta ( ) Indireta ( ) do Estado do Pará ( ) Autônomo, sem vínculo com Estado ( ), portador do R.G. nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, Matrícula \_\_\_\_\_ DECLARO não haver incompatibilidade de horário ou nenhum outro tipo de impedimento quanto ao meu cadastramento junto a esta SEAP.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Credenciado)





## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE USO DE MATERIAL DIDÁTICO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_, AUTORIZO o uso de material didático por mim produzido (texto base/apostilas, slide de apresentação, vídeo aula, e outros) com fim das aulas da Escola de Administração Penitenciária, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização abrange o uso do material por mim elaborado é concedido à Escola de Administração Penitenciária a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso educacional e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Telefone para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_



## ANEXO VI

### RESOLUÇÃO Nº 148/2015 - CONSUP

#### **INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA – IESP CONSELHO SUPERIOR DO IESP – CONSUP**

#### **RESOLUÇÃO Nº 148/2015 – CONSUP**

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO – Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, prevista pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP).

CONSIDERANDO a proposta apresentada pela Direção do Instituto de Ensino de Segurança Pública - IESP, e em cumprimento às decisões do egrégio Conselho Superior do IESP - CONSUP, em sessão realizada em 12 de agosto de 2015.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º: Aprovar a tabela de valores de hora-aula a serem remunerados a professores, instrutores e monitores contratados para a prestação de serviços ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP e demais órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, conforme tabela constante no anexo I da presente resolução;

Art. 2º: Para fins de entendimento da presente resolução, entende-se como:

I – Docente/Instrutor/Professor: o profissional ou servidor, ativo ou aposentado, do quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública no exercício eventual do magistério, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública, contratada para o exercício do magistério das ações formativas, de capacitação continuada, aperfeiçoamento, especialização, treinamento, na modalidade presencial ou à distância.

II – Monitor: o profissional ou servidor, ativo ou aposentado, do quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública com encargos de auxiliar o Professor/Instrutor nas aulas em que forem utilizadas técnicas de ensino que exijam a presença de um ou mais auxiliares nas atividades práticas;

Art. 3º: As atividades acadêmicas de palestras serão remuneradas conforme avaliação de cada instituição, obedecidos os requisitos legais para contratação do palestrante e a previsão orçamentária no planejamento do curso;



Art. 4º: Os valores de hora-aula serão calculados e remunerados de acordo com o Nível de Titulação do Docente;

§ 1º As atividades acadêmicas de caráter operacional realizadas em ambientes de selva, ambientes aquáticos, terrestres, laboratórios, bem como instruções de tiro, defesa pessoal, operações em altura, operações aéreas, combate a incêndio, resgate, atendimento pré-hospitalar (APH) e outras de caráter prático poderão ter a participação de monitores, conforme a necessidade da referida atividade.

§ 2º Os monitores serão remunerados com valor de hora-aula equivalente ao nível médio/técnico, constante na tabela do anexo I da presente Resolução, independentemente do nível de titulação acadêmica destes.

Art. 5º: A remuneração devida aos professores, instrutores e monitores obedecerá à retenção tributária legal, referente ao Imposto sobre Serviços – ISS, ao Imposto de Renda - IR e à contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, quando couber;

Art. 6º: Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução desta Resolução serão dirimidos pelo CONSUP;

Art. 7º: Esta Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução n.º 001/2002, de 15 de janeiro de 2002.

Plenário do CONSUP, 14 de agosto de 2015.

**JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO**

Presidente do Conselho Superior do IESP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO I**

**Resolução n.º 148/2015 de 14 de agosto de 2015**

**Valores de Hora-Aula do IESP**

<b>Níveis de Formação</b>						
Níveis	Mé- dio/Técnico	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	Pós-Doutor
Valor em R\$	50,00	60,00	70,00	80,00	90,00	100,00



## ANEXO VII

### MATRIZ CURRICULAR

Lista de disciplinas para professor/instrutor dos cursos de formação continuada:

#### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Abordagem Pessoal e Veicular.	Aplicação adequada e assertiva das técnicas de abordagem considerada a atuação dos policiais penais.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área fim da disciplina e experiência na atividade policial.
Adestramento Tático de Técnicas Aero-transportadoras.	Operações com "FAST ROPE" e rapel, descrição de operação com rapel, tripulação, equipamentos, procedimentos e medidas de segurança.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área fim da disciplina e experiência na atividade policial.
Análise de Seis Canais de Comunicação.	Desenvolvimento de conhecimentos relacionado pelo movimento do corpo, suas partes, movimento, gestos, posturas e expressões facial, estuda a relação do indivíduo com o espaço.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Desejável ser servidor penitenciário lotado no setor da inteligência por no mínimo 2 (dois) anos. Ter curso básico da área de Inteligência ou similar feito por Instituição Pública.
Armamento e Tiro.	Carga de conhecimentos teóricos e práticos exigida para o porte de armamento de fogo; A excepcionalidade do uso da arma de fogo. Riscos do porte de arma de fogo: pessoais e sociais.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável ter a certificação de Instrutor de Armamento e Tiro.
Aspectos da profissão do Policial Penal/Agente Penitenciário.	Efetuar a segurança da Unidade Penitenciária em que atua, mantendo a disciplina. Vigiar, fiscalizar, inspecionar, revistar e acompanhar os presos ou internados, zelando pela ordem e segurança deles, bem como da Unidade Penitenciária.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário.
Busca de Material e Revista Estrutural.	Busca de material ilícito e não permitidos; Revista por quadrante (piso, paredes, teto); Análise de estrutura (reboco, grades, soldas, cadeados e cama); Banheiros; Buracos, tocas, túneis, e outros esconderijos.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Busca, Recaptura Patrulhamento Urbano.	Conceitos fundamentais: conhecer as funções de cada membro da viatura de busca e recaptura, conhecer os equipamentos utilizados pelas equipes, conhecer os procedimentos de busca pessoal e veicular, os níveis de abordagem, o embarque e desembarque conduzindo o monitorado, tomada de angulo em ambiente fechado, deslocamento tático, cobertura e abrigo; desenvolver habilidades para operar como integrante de equipe de busca e recaptura; critérios legais sobre o uso de tornozeleira eletrônica.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Comportamento de Autoproteção aos Servidores Peniten-	Caracterização da realidade vivenciada pelos agentes de segurança pública vítimas da violência. Técnicas de defesa pessoal a serem utiliza-	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, Gestão de Segurança, ou áreas afins, fornecido por instituição de ensino supe-



### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
ciários.	das em possíveis conflitos entre preso e agente prisional com o objetivo de manter a segurança na unidade prisional tanto do preso quanto dos servidores.	rior reconhecida pelo MEC.
Comportamento Defensivo.	Direito humanos; Conceito de comportamento defensivo; Consciência situacional (Como melhorar?); Estado de alerta (código de cores); Ciclo O.O.D.A; Gray Men Directive ( GMD).	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, Gestão de Segurança, ou áreas afins, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Comunicações Operacionais.	Conceitos fundamentais: radiocomunicação; normas internacionais; conduta na transmissão; manuseio dos equipamentos; código fonético internacional; código Q; exemplos de códigos de comunicação.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Controle de Acesso e Pátio.	Controle de acesso em estabelecimento prisional; Identificação documental de acesso para pessoas autorizadas; Revista com utilização de equipamentos tecnológicos (BodyScan, portal detector de metais, escaner de bagagens, raquete e banco detector de metais); Revista pessoal minuciosa, revista de bolsas e sacolas, retenção de chaves e aparelhos celulares na entrada, Técnica e Procedimentos de Segurança na entrada e recepção de veículos na casa penal; Procedimentos de movimentação de internos, deslocamentos e aguardo, Quantitativo de presos por agente para movimentação sem quebrar a segurança, procedimentos de acomodação de internos no solário para revista ou afins; Procedimentos de revista minuciosa de internos na saída e retorno para as celas, Técnicas de Verificação e Varredura de Celas com e sem internos; Procedimento de vigilância aproximada durante o banho de sol; Procedimentos de pagamento de alimentação e kits; Medidas administrativas de manutenção da disciplina no cárcere.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Criminologia.	Noções de Criminologia e Política Criminal; Teorias penais e teorias criminológicas; Contemporâneas; Mecanismos institucionais de criminalização: Lei penal, Justiça Criminal e Prisão; Processos de criminalização e criminalidade; Cifra oculta da criminalidade; Mídia e criminalidade.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Defesa Pessoal, Imobilização, Tonfa e Algemação.	Uso de técnicas de defesa pessoal como forma de proteção à integridade individual; Técnicas de imobilização individual; Técnicas de imobilização em dupla; Técnicas de imobilização em equipe; Equipe de imobilização tática; Técnicas de desarme. Uso de Tonfa, Algemação; Comportamento Defensivo.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Educação Física ou Ciências da Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Direção Veicular: defensiva, ofensiva e evasiva.	A direção ofensiva é utilizada nos casos em que é preciso agir para evitar alguma situação como uma perseguição. A direção defensiva significa que o motorista está preparado e atento para evitar acidentes.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente ou curso de Formação em Instituições de Segurança Pública, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Dese-



### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
		jável curso de Condutor de Veículos de Emergência.
Educação Física.	Condicionamento físico e saúde: importância para as rotinas prisionais; Treinos de resistência, flexibilidade e força.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Educação Física ou Ciências da Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Entrada em Edificações.	Tomada de ângulo; técnicas de varredura; transposição de obstáculo; cones da morte; tipos de entrada; progressão com escudo; tipos de formação; técnicas de baixa luminosidade; transposição de vias e blocos carcerários; Técnicas de deslocamentos; disciplina de luz e som.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional na área fim da disciplina.
Escolta Armada.	Adquirir conhecimentos e habilidades para atuar de forma prudente, segura e legal, minimizando os riscos quanto à execução de escoltas armadas de presos; Escolta Pessoal do Detento; Escolta em grupos; Procedimentos e rotinas em que os tipos de escolta se aplicam; Escolta armada; Escolta hospitalar/atendimento saúde.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional na área fim da disciplina.
Estagio Supervisionado.	Intervenções de trabalho em unidades prisionais: visitas orientadas; participações em plantões; vistorias e escoltas e outras atividades relativas ao cargo.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Gerenciamento de Crises e Situações de Emergência.	A crise na unidade; Identificação de elementos de crise (potenciais e efetivos); Solução de Problemas; Mediação de conflitos como resolução do conflito; Situações de emergência: saúde, ameaças e vulnerabilidades, combate ao incêndio; A crise no sistema; Noções de Primeiros Socorros.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Gestão de Fontes Humanas.	Identificação dos aspectos básicos que norteiam a gestão da fonte humana, das técnicas para manutenção do controle sobre elas, bem como da aplicação das técnicas acessórias de observação, entrevistas e avaliação de fontes humanas.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Imobilização Tática e Tonfa.	Técnicas e práticas de defesa pessoal; Técnica para responder a reações, usando imobilizações táticas; Busca pessoal (diferenciada); Dinâmicas em grupo; Técnicas de imobilização individual; Técnicas de imobilização em dupla; Técnicas de imobilização em equipe; Equipe de imobilização tática; Técnicas de desarme; Uso de Tonfa.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário.
Instrução Tática Individual (ITI).	Princípios Básicos do I.T.I., Trinômio do conhecimento tático operacional, fundamentos táticos: saque, posição, mudança de direção,	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino



### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	deslocamentos táticos, transições de armamentos, empunhaduras, visada, respiração, acionamento do gatilho, respiração, “terceiro olho”, controle do cano, posições convencionadas.	reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário.
Inteligência Penitenciária.	Finalidade e Objetivos da Inteligência Penitenciária; Importância para a segurança da unidade e do sistema; Informação e Inteligência: o SPF e sua importância.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Intervenção Tática em Ambiente Prisional.	Utilizar corretamente as técnicas de condução, imobilização e intervenção em ambiente carcerário, em conformidade com o uso progressivo da força e atribuições inerentes ao cargo de Agente Penitenciário Federal.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Introdução a Auto-proteção.	Caracterização da realidade vivenciada pelos agentes de segurança pública vítimas da violência.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário.
Noções de Choque.	Aplicação de forma coerente das técnicas de CDC a partir da identificação do cenário de crise que se apresenta; Constituição básica e funções de um pelotão de CDC (Comandante, Auxiliar, Comandantes de Grupos, Escudeiros, Lançadores, Atiradores, Motorista, Homem Extintor e Segurança); Os movimentos de Ordem Unida em CDC (sentido, descansar, voltas, cobrir, firme, apresentar arma, ombro arma, descansar arma). Comandos verbais: Advertência Comando Propriamente Dito e Execução; Formações executadas por uma tropa de choque; Formação básica a pé firme e em deslocamentos (coluna por três e por dois); Formações ofensivas (cunha, linha e escalões); Formações defensivas (guarda baixa, guarda baixa emmassada, guarda alta, guarda alta emmassada e formação tartaruga); Formação de ataque (Carga de cassetete).	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Operação Prática da RPA/DRONE.	Ações preparatórias para operar o RPA e Captação de mídia e seus contextos legais.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso na área de operador de RPA – DRONE.
Operações de Inteligência Penitenciária	Atuação fundamentada e colaborativa em operações de inteligência penitenciária a partir da convergência de conhecimentos, habilidades e	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino



### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	atitudes oriundos de suas áreas.	reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Organizações Criminosas.	Principais organizações criminosas atuantes nos Estados; Lei nº 12.850/2013; Lei nº 9.613/1998.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Patrulha Policial Rural.	Noções de orientação; rastreamento e contra rastreamento; Princípios, Conceitos; Classificação; Funções dos Componentes; Normas de Comando; Conduta de patrulha rural; principais formações em área rurais (Linha, Coluna, Lsango, etc.); Pontos de Reunião e Formas de emprego.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Prevenção e Combate a Incêndio.	Teoria e propagação do fogo; classes de incêndios e formas de prevenção; Equipamentos de Proteção individual e de combate a incêndios; abandono de área; psicologia das emergências.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de prevenção e combate a incêndio.
Prevenção e Enfrentamento à Situações de Emergência.	Conceito de crise, principais crises no sistema penitenciário (Rebelião; motim, fuga); motivações das crises; características mais importantes de uma crise; providências preliminares; providências imediatas; principais perfis psicológicos dos causadores de eventos críticos; conduta como refém; Requisitos importantes para a prevenção de crise no sistema penitenciário.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Procedimento de Custódia Eletrônica.	Do Controle Prisional; sobre o INFOPEN; Pesquisa e Cadastro no INFOPEN: Módulo de Identificação, Módulo de processo de conhecimento, Módulo de execução, Módulo de Alvarás, Módulo de unidades prisionais e Módulo de relatórios.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Procedimentos de Segurança e Rotinas Prisionais.	Conhecer as principais rotinas e procedimentos de segurança nos estabelecimentos penais estaduais: Visão integrada de segurança do ambiente prisional: segurança dos servidores/funcionários das unidades em compasso com a segurança da população prisional; Uso de equipamentos; detectores de metais, coletes, uniformes, algemas videomonиторamento, etc; Situação de atenção; Mediação de conflitos como estratégia preventiva; Os diferentes atores que interagem no interior dos estabelecimentos prisionais; Classificação, Inclusão e Remoção. A comissão Técnica de Classificação: noções básicas; Técnicas de radiocomunicação; Radiocomunicação e inteligência (a importância da linguagem cifrada); Segurança da informação e	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.





### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	uso das ferramentas de comunicação. Busca de material e revista estrutural.	
Procedimentos Operacionais.	Fundamentação legal de normas e procedimentos de segurança; Rotina operacional da unidade prisional; Atribuições do corpo diretivo da Unidade Prisional.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário.
Produção do Conhecimento.	Metodologia mobilizada para a produção do conhecimento e compreensão quanto à importância de sua aplicação.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Rotinas e Procedimentos Operacionais.	Controle de acesso; postos de serviço; distribuição das refeições; movimentação de internos; extração de cela; banho de sol; revista no interno; vozes de comando aos internos.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Segurança Orgânica.	Aplicação de fundamentos e técnicas voltadas à cautela e medidas de proteção adotadas no âmbito da instituição.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Segurança Penitenciária.	Visão integrada de segurança do ambiente prisional: segurança dos servidores/ funcionários das unidades em compasso com a segurança da população prisional; Uso de equipamentos: detectores de metais, coletes, uniformes, algemas, videomonitoramento, etc; Situações de atenção; Mediação de conflitos como estratégia preventiva; Os diferentes atores que interagem no interior dos estabelecimentos prisionais; Classificação, Inclusão e Remoção. A Comissão Técnica de Classificação: noções básicas; Técnicas de Radiocomunicação; Radiocomunicação e inteligência (a importância da linguagem cifrada); Segurança da informação e uso das ferramentas de comunicação.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
Técnicas de Algemação.	Legalidade do Uso da Algemas (Súm. Vinc. 11 STF); Tipos de Algemas e aplicabilidade; Téc-	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico



### 1. EIXO SEGURANÇA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	nicas de condução individual e em dupla; Modo adequado para o manuseio e colocação das algemas; O uso algemas em diferentes regimes de aprisionamento; Uso de algemas e condução no Fórum; Uso de algemas e condução de presos em aeronaves; Uso de algemas e escolta de presos em hospitais; Uso de algemas e escolta em embarcações; Condução de presas em aeronaves; Uso de algemas nos presídios femininos.	equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Técnicas de Entrevista.	Metodologias e ferramentas aplicadas a depender da natureza da técnica de entrevista empregada em cada caso concreto.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável estar lotado no mínimo há um ano nas Divisões ou Coordenação Geral de Inteligência (CGIN), ou na Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) e suas Divisões Regionais. Possuir Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPENO, ou Curso Básico de Inteligência oferecido por outras Instituições Públicas - modalidades presencial ou ensino à distância (EAD).
Técnicas e Tecnologias Menos Letais.	Uso seletivo da força (USF); instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO); conceito de agentes químicos; classificação dos agentes químicos; propriedade dos agentes químicos; conceito de concentração; métodos de dispersão de agente químico na atmosfera; estudo das granadas; espargidores; munição de impacto controlado.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Treinamento Físico.	Treinamento Cardiopulmonar: Generalidades, corrida contínua, corrida variada, treinamento intervalado e treinamento intervalado aeróbico.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Educação Física ou Ciências da Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Uso Diferenciado da Força.	Atuação orientada pela legislação vigente sobre o uso diferenciado da força no sistema de execução penal.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Uso Progressivo e Proporcional da Força.	Uso Progressivo da Força: da regularidade à excepcionalidade; Técnicas de condução, imobilização e intervenção em ambiente prisional; Importância do uso progressivo para segurança integral do sistema (presos e agentes).	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável o curso de Formação Profissional para Agente Penitenciário e experiência profissional em Unidade do Sistema Penitenciário na área fim da disciplina.
Visita Técnica.	Prática supervisionada nas Unidades Penitenciárias.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.



## 2. EIXO REINserÇÃO SOCIAL

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Atenção ao Egresso.	Execução da política de atenção ao egresso, em especial a oferta assistência social, o retorno gradual à sociedade e a redução quanto ao estigma social enfrentado pelo egresso.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Direitos humanos e a execução penal.	Possibilitar aos servidores o entendimento sobre a relação entre a dignidade da pessoa humana, direitos humanos, execução e individualização da pena, com ênfase na criação de instrumentos de reintegração social.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Direitos humanos, gêneros, etnia, o Sistema Prisional e a Assistência ao Egresso.	Conjunto de conteúdos de boas práticas em reinserção social, enfatizando a assistência social como política pública com enfoque na defesa dos direitos humanos, o espaço de trabalho na SEAP e a rede de serviços.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Educação prisional na SEAP.	Pretende-se que o formando compreenda: as modalidades da oferta educacional destinada às pessoas privadas de liberdade (PPLs); características da educação básica ofertadas na SEAP para PPLs; formas e procedimentos para remição da pena no âmbito da educação prisional; profissionalização da mão-de-obra carcerária em prol da reinserção social; parcerias, financiamento e incentivos para a promoção da educação prisional; o papel e a atuação do Agente de Execução Penal em prol da educação prisional na SEAP.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Importância das Políticas Públicas para a Garantia dos Direitos.	Apresentar alguns exemplos de boas práticas e o impacto dessas políticas no comportamento dos presos; Trabalhar as assistências como políticas de garantia de direitos. Fluxograma de atendimentos (odontológico, médico, psicológico, pedagógico)	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Mentoria e empreendedorismo nos limites da SEAP.	Possibilitar aos servidores o entendimento sobre o papel do gestor de políticas de reinserção social em alavancar o autocrescimento profissional e dos seus mentorados (internos inseridos em projetos de reinserção social)	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Políticas de Atenção ao Egresso e de Reintegração Social. Egressos do SPF.	Assistência social e trabalhos voltados ao egresso do sistema; A estigmatização social do egresso e suas dificuldades de reintegração; Egressos do SPF: retorno à liberdade e retorno ao sistema dos Estados; Regime Disciplinas Diferenciado - RDD e seus efeitos; Reflexões sobre o RDD.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Políticas Sociais para o Sistema Prisional.	O Sistema Único de Saúde brasileiro e a universalização de seu acesso para as populações prisionais. Desafios de gestão descentralizada e territorializada: a PNAISP: resultados e problemas. Ações complementares de saúde para a população prisional. Especificidades de atenção e serviços. A universalização do acesso à educação básica, média e superior. O Enem e o Sistema. Remição e outros benefícios. Qualificação Profissional e o Pronatec. Alfabetização de Jovens e Adultos. Educação a Distância no Sistema Prisional: horizontes e desafios. Ges-	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



## 2. EIXO REINserÇÃO SOCIAL

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	<p>tão descentralizada da educação no Sistema: possibilidades. Trabalho e renda no Sistema Prisional. Oficinas de trabalho: exemplos de boas práticas na qualificação profissional. A remição e o trabalho. Regimes e trabalho. Desafios para o regime fechado: ausência de incentivos e investimentos. Assistência Social como política de atenção a pessoas privadas de liberdade, seus familiares e egressos. Inserção profissional. Auxílio- Reclusão. Interpolações entre exclusão social, renda e encarceramento no Brasil. Convivência familiar e comunitária. Arranjos federativos para implementação de políticas sociais: o desafio da agenda brasileira para o século XXI. Transversalidade e integridade das políticas sociais.</p>	
População Prisional e Políticas Públicas.	<p>Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Interfaces entre políticas públicas e política criminal. Formulação de Políticas para a População Prisional: intersectorialidade e multidimensionalidade da política prisional; Arranjo de políticas penitenciárias: federalismo, Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, recursos e implementação. Papel do DEPEN na articulação interfederativa, instrumentos de gestão (ex: termos de parceria, convênios); Assistência à saúde: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e outras formas; Diversidade Populacional e Transversalidade de políticas: interseccionalidade raça/etnia, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência, questões culturais e outras; Assistência à Educação (promoção da escolaridade, remição pela leitura, atividades educacionais, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, etc.); Assistência social à pessoa privada de liberdade e seus familiares; fortalecimento de vínculos; Políticas de Trabalho no Sistema (Programa de Capacitação Profissional - PROCAP e outras); Remição; Assistência Material; Assistência Jurídica.</p>	<p>Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p>
Projetos de reinserção social e processos de negócios.	<p>Possibilitar o entendimento sobre as gestões de projetos e de processos de negócios aplicados à SEAP e suas influências e contribuições para o desenvolvimento de uma cultura voltada à melhoria contínua com ênfase em qualidade</p>	<p>Conclusão de curso de graduação de nível superior em Serviço Social, Psicologia, Direito ou Sociologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p>
Reconhecimento da Diversidade.	<p>Incorporação de ações positivas a sua função a fim de coibir práticas de discriminação e preconceito no sistema prisional.</p>	<p>Conclusão de curso de graduação de nível superior em Serviço Social, Psicologia, Direito ou Sociologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área de Direitos Humanos, Mulheres e Grupos Específicos privados de liberdade.</p>
Rotinas de Assistência à Educação e	<p>Possibilitar ao servidor de nível Técnico Administrativo e de Custódia o entendimento</p>	<p>Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, forne-</p>



## 2. EIXO REINserÇÃO SOCIAL

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Trabalho.	acerca das disposições legais sobre as assistências à educação e ao trabalho, como mecanismo efetivo de reinserção social das pessoas privadas de liberdade custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, mediante a apresentação de atividades, ações e projetos das áreas de educação prisional e de trabalho e produção, que se compatibilizam como uma das principais ferramentas para o alcance da missão institucional da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.	cido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Sociologia da Violência.	Violência, agressividade e conflito; Classificação da violência: violência criminal, violência política, violência social e econômica, violência das instituições públicas, violência internacional, violência simbólica, violência tecnológica, violência das guerras e do terrorismo, microviolências cotidianas; Violência e Poder; Mídia e Violência.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Trabalho prisional e unidades produtivas na SEAP.	Possibilitar ao servidor o entendimento acerca dos mecanismos para execução do trabalho prisional e de unidades produtivas para efetivação da reinserção social das pessoas privadas de liberdade custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, mediante a apresentação de atividades, ações e projetos das áreas de trabalho e produção, que se compatibilizam como uma das principais ferramentas para o alcance da missão institucional da SEAP.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



### 3. EIXO SAÚDE

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Atenção em Saúde Mental no Sistema Penitenciário.	Desenvolver o pensamento reflexivo e crítico voltado para a atuação, a organização e o cuidado interdisciplinar na área de Atenção à saúde Mental, bem como reconhecer sinais e sintomas de indivíduos dependentes de drogas: a) Saúde Mental: psicopatia e neuroses; b) Saúde x doença: conceito, prevenção, doença ocupacional, síndrome do trabalho vazio, trabalho repetitivo; c) Stress; conceito, stress positivo e negativo, consequências; d) Doenças mentais: disposição pessoal original, agentes ocasionais; e) Depressão; f) Distímia; g) Alexitimia; h) Qualidade de vida; i) Dorgadição e dependência química; j) Efeitos da prisionalização; k) Ergonomia do trabalho; l) O que é droga: termos e definições; m) Tipos de drogas: lícitas e ilícitas; n) Mecanismos de dependência física e psíquica; o) Efeitos físicos e psicológicos da abstinência; p) Farmacodependência: álcool e seus efeitos, cocaína e crack, maconha e seus efeitos, tabagismo e suas consequências, drogas sintéticas; q) Características do usuário: fatores de risco, como conhecer o usuário; r) Legislação; s) Formas de tratamento para dependentes químicos; t) Instituições responsáveis; u) Redução de danos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Biológicas ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Atendimento Pré-Hospitalar Tático.	Retirada de vítimas em áreas de confronto e operacional com ambulâncias prisionais. Formação de autoguardado e perímetro de segurança. Técnicas de movimentação de vítima em situações agressivas. Exame Primário e Secundário. Manuseio de equipamentos para avaliação de sinais vitais (esfigmomanômetro, oxímetro de pulso, termômetro). Técnicas de hemostáticas. Tipos de ferimentos e cinemática do trauma. Materiais de APH e tipos de curativos. Desobstrução de vias aéreas. - Técnicas de RCP. Equipamentos de imobilização e movimentação. Técnicas de transportes de acidentados e movimentação. Técnicas de retirada emergenciais de vítimas.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável curso de atendimento pré-hospitalar.
Efeitos do Aprisio-namento.	Expor os fenômenos (domesticação, infantilização, despersonalização) da prisionalização; Apresentar os efeitos dos transtornos mentais mais prevalentes na população carcerária; Apresentar efeitos possíveis do adoecimento psíquico do servidor que atua na execução penal.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Psicologia e/ou Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Farmacodependência e Formas de tratamento para dependentes químicos.	Habilidades para Identificação das Características do usuário, como também o conhecimento dos fatores de risco.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Psicologia e/ou Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Políticas de Assistência e Saúde Biopsicossocial para o Sistema Prisional.	Proporcionar diretrizes acerca da atuação do técnico em gestão penitenciária nas unidades prisionais do Estado: a) O sistema único de saúde brasileiro e a universalização do seu acesso. Ações complementares de saúde para a população prisional. Especificidades de atenção	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



### 3. EIXO SAÚDE

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	e serviços; b) Assistência à Saúde Clínica no Sistema Penitenciário; c) PNSSP e PNAISP; d) PNAMPE; e) Política de assistência social; f) Sistema único de assistência social – SUAS; g) Previdência social/auxílio reclusão; h) Legislações: código de ética, estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei nº 8.69/93, Lei orgânica da assistência social – LOAS, Lei nº 8.742/93, Lei Maria da Penha/ Lei nº 11.340/06.	
Prevenção e Enfrentamento em Situações de Emergência.	Caracterização de uma crise, suas fases e condução em unidades prisionais. Demonstração do plano de ação, providencias imediatas e elementos operacionais essenciais.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Gestão de Segurança, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Primeiros Socorros.	Parte Teórica de primeiros socorros: Avaliação inicial, Vias aéreas, Ressuscitação Cardiopulmonar, Hemorragias, Ferimentos, Queimaduras, Emergências Clínicas, Movimentação. Parte Prática de primeiros Socorros:Avaliação inicial, Vias aéreas, Ressuscitação Cardiopulmonar, Hemorragias, Fraturas, Ferimentos, Queimaduras, Emergências Clínicas, Movimentação.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável curso de atendimento pré-hospitalar.
Procedimentos dos Serviços de Saúde.	Procedimentos dos Serviços de Saúde: Triagem (teste rápido); Prontuário de saúde; Evolução do prontuário; Consulta de Enfermagem; Avaliação Nutricional; Portadores de Necessidades Especiais (cadeirante) e uso de óculos; Transferência e Transporte; POP (Procedimento Operacional Padrão).	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Biológicas ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Saúde e Qualidade de Vida.	Qualidade de vida como fator de satisfação profissional; Desenvolvimento de competências e qualidade de vida no trabalho; Papeis sociais, relações sociais: desenvolvimento pessoal, relações afetivas, a importância do equilíbrio entre trabalho e descanso, entre dever e lazer.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho.	Qualidade de vida como fator de satisfação profissional; Desenvolvimento de competências e qualidade de vida no trabalho.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Toxicologia.	Generalidades sobre toxicologia, Mecanismos das intoxicações, Análise de risco toxicológica, Sistemas redutores de toxicidade. Agentes tóxicos; via de penetração e eliminação dos tóxicos no organismo; mecanismos de proteção do organismo; absorção e metabolismo; mecanismos de desintoxicação; limites de tolerância biológicos; métodos investigativos na toxicologia.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Biológicas ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Trabalho em Equipe e Relações Interpessoais.	O espaço do trabalho na SEAP e unidades penitenciárias: equipes e comunicação; Equipes integradas, unidades eficientes e seguras; Comunicação interpessoal e relacionamento profissional.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



#### 4. EIXO CUSTÓDIA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Acompanhamento da execução da pena e desenvolvimento de plano de individualização da pena.	Orientar a elaboração da compilação dos dados coletados; Apresentar as formas de observação e investigação dos comportamentos a fim de subsidiar a CTC e conseqüentemente o plano individualizador. Simular uma CTC por meio de estudo de caso; Elaborar um plano individualizador como proposta de intervenção.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica.	Execução dos serviços de monitoração eletrônica assegurando o acompanhamento adequado, tal como previsto em lei e demais normativos, garantindo o cumprimento da medida.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Experiência mínima de 02 anos em unidade do Sistema Penitenciário exercendo atividades de assistência ao preso.
Alternativas Penais e Práticas Restaurativas.	A estrutura jurídica e institucional referente às alternativas penais e sua perspectiva histórica no âmbito dos serviços penais. Compreender o sentido das práticas restaurativas dentro do ambiente prisional seus usos e finalidades na garantia de direitos e na promoção da autonomia e do empoderamento dos sujeitos, bem como identificar, na prática profissional, espaços para o desenvolvimento de práticas restaurativas.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, Gestão de Segurança, Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Assistências na Execução Penal.	Assistências na Lei de Execução Penal. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Portaria MJ/MS nº 1, de 02/01/2014). Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. (Decreto nº 7.626/2011). Resoluções do CNPCP: Resolução nº 4/2014 – Assistência à Saúde; Resolução nº 1/2014 – Atenção em Saúde Mental; Resolução nº 3/2009 – Diretrizes de Educação; Resolução nº 8/2009 – Assistência Religiosa.	Conclusão de curso técnico e/ ou de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Criminologia e Sociologia do Crime e da Violência.	Criminologia. Sistemas Penais e Sistemas de Controle Social. Pressupostos Epistemológicos. Criminologia Positivista I: Antropologia Criminal. Criminologia Positivista II. Escolas Funcionalistas. Questionamentos à Criminologia Positivista: Relatividade do delito "Cifras Negras da Delinquência". Criminalidade do "Colarinho Branco". Movimento de Defesa, Social: Políticas Criminais. Prevenção do crime e tratamento do delinquente. A Nova Criminologia da Reação Social: Interacionismo. Movimentos radicais da criminologia. Forma e fatores da criminalidade. Processos criminosos, psicologia criminal e das interações conflituosas. Sistema penitenciário. O delito como fenômeno cultural e/ou psicológico. Novas percepções sobre o crime, o criminoso e a justiça criminal no contexto brasileiro. Práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos. Formas e métodos de ressocialização. Personalidade e Comportamento Violento. Variáveis socioeconômicas do crime no Brasil. O Estado e a sociedade civil no combate à violência.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais ou Ciências Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.





#### 4. EIXO CUSTÓDIA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Direito Aplicado a Legislação de Escolta.	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada na especialidade de escolta armada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do agente de segurança pública. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o agente de segurança pública deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas e/ou em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Direitos Humanos e Noções de Gestão Penal.	Definição e histórico; Causas da criminalidade; Dignidade da pessoa humana e os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade para a segurança da Sociedade; Direitos e deveres do cidadão; Tratamento a Visitantes e Familiares de Presos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Direitos Humanos no Cárcere.	Ampliar conhecimento sobre Direito Humanos e Cidadania em função do Estado Constitucional de Direito, a evolução dos preceitos, a proteção dos direitos, os sistemas de garantias e as normas e tratados vigentes. a) O estado Constitucional de direitos e a Segurança dos Direitos Humanos; b) A constituição Federal e os Direitos Humanos; c) Proteção dos direitos; d) Normas e tratados vigentes: Tratados e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos; e) A dicotomia entre Direito e a garantia de direito; f) Compreensão das formas de tortura e violação de direitos no cumprimento da pena privativa de liberdade; g) Dados sobre violência e violação de Direitos Humanos no Sistema Penitenciário; h) Grupos vulneráveis no contexto prisional; i) Humanização, encarceramento.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Fundamentos Históricos do Controle Punitivo.	História das prisões e do controle punitivo: surgimento, transformações no Brasil e no Mundo; Teorias da punição como privação de liberdade. Concepção da prisão como instituição.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.
Fundamentos Jurídicos da Atividade Penitenciária e Custódia	Lei de Execução Penal; Noções de Direito Processual Penal; Noções de Direito Penal; Prerrogativas do Advogado; Abuso de Autoridade; Pacote anticrime e reflexos no Sistema Prisional; Resolução do CNPCP/CNJ.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Criminal.	Limites constitucionais do Poder Punitivo do Estado; O Sistema Prisional sob a ótica constitucional: competências e papeis tripartites (Legislativo, Judiciário e Executivo); Introdução geral à Execução Penal. Conceito, finalidades da Lei de Execução Penal, natureza jurídica, autonomia do Direito de Execução Penal, humanização da execução penal, garantias processuais e legais, competências.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Fundamentos Políticos e Sociológicos da	Responsabilização criminal, respostas institucionais alternativas à prisão e outros mecanismos	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



#### 4. EIXO CUSTÓDIA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Prisão e da Pena.	de solução de conflitos; Teorias da punição: restrição e privação de liberdade; Controle e repressão na formação das sociedades modernas; Poder punitivo e democracia: Estado Penal e Estado Democrático de Direito; Sociedade Brasileira e prisões; o fenômeno do encarceramento massivo no Brasil contemporâneo; Sistema de Justiça Penal.	cido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
INFOPEN, SEEU e Cumprimento de Decisões Judiciais.	Cumprimento de decisões judiciais; Alimentação de INFOPEN; Regras de Utilização do SEEU; Formulação de informações às autoridades solicitantes.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas e/ ou em Direito e/ou em Ciência da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área específica e/ou experiência profissional comprovada com a temática.
Lei de Execução Penal.	Objetivo; Órgãos da Execução; Institutos Jurídicos; Princípios básicos da Sanção; Elementos Instrumentais na Execução Penal: Educação, Trabalho, Religião, cultura e lazer.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções sobre Criminologia e Sociologia do Crime e da Violência.	Causas da criminalidade; Análise do Sistema Penitenciário; Formas e métodos de ressocialização; Personalidade do delinquente; Análise biológica e social do crime e do criminoso; vitimologia; Apresentar, contrastar e problematizar as teorias sociais sobre a criminalidade; Analisar a formação da categoria de crime no contexto da modernidade e da emergência do sistema de justiça penal, focalizando as tradições iluministas e positivistas, e as contribuições de Durkheim e do marxismo; Discutir as teorias da desorganização social e da associação diferencial, anomia, subcultura, oportunidade, controle, rotulação, criminologia crítica, escolha racional e atividades rotineiras.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções sobre o Princípio da Individualização da Pena e da Comissão de Classificação Técnica (CTC).	Conceituar a individualização da pena; Apresentar a função da CTC; Refletir sobre a reintegração social dos presos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Participação e Controle Social.	Compreensão quanto ao papel da Participação e Controle Social no sistema penitenciário como mecanismo apto a aprimorar a gestão prisional.	Diploma, devidamente registrado, de curso nível superior em qualquer área de formação, com preferência para as áreas de ciências sociais e sociais aplicadas; Formação complementar e/ou experiência na área de Controle Social, com preferência na aplicação da temática no sistema prisional.
Participação Social e controle da Execução Penal.	Órgãos de controle social; Papel da Sociedade Civil na Execução da Pena; Participação Familiar; Sigilo de Informações; Órgãos: Ouvidorias, Conselhos Penitenciários, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Conselhos da Comunidade, Defensoria Pública; O Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: sociedade civil e controle internacional; Direito à Denúncia e Informação/	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



#### 4. EIXO CUSTÓDIA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	Mecanismos de Proteção.	
Penas e Prisões.	As penas e as prisões em seu sentido histórico, político e social com ênfase nos conceitos de: criminalização, seletividade, etiquetamento e reação social, bem como aplicação, na prática profissional, dos instrumentos analíticos para o entendimento e intervenção sobre as dinâmicas de encarceramento e modos de funcionamento das prisões.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Princípios da Auto-defesa.	Reflexão sobre os fatores que influenciam a ocorrência do crime.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Privação de Liberdade no Brasil: modelo institucional e jurídico.	Estrutura jurídica e institucional referente aos serviços penais, com ênfase para Constituição Federal e para a Lei de Execuções Penais, e, a estrutura e modelo de funcionamento dos órgãos responsáveis pelos Serviços Penais.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimento Disciplinar Penitenciário.	Alinhamento de práticas e processos desenvolvidos na Comissão de Sindicância. Rotinas administrativas. Capacitar servidores que ainda não possuem capacitação e a atualização dos já capacitados para alinhamento dos conhecimentos e procedimentos do setor.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimentos de Custódia, Rotinas Administrativas e Prontuários de Atendimento Técnico Jurídico.	Procedimentos de custódia; Regras de inclusão de presos; Organização de prontuários jurídicos e evolução do cumprimento de pena; Rotinas Administrativas; Atendimento técnico-jurídico nas UPS.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimentos Disciplinares e Correicionais aplicados à Pessoa Privada de Liberdade.	Procedimentos de disciplina voltados aos internos: direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade; responsabilidades da Administração; Importância da disciplina para organização e funcionamento das unidades e do sistema.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Responsabilidade Administrativa e Penal do Servidor Penitenciário.	Prestar informações acerca da administração pública e atos do agente público que tem seus atributos deveres e responsabilidade, perante o ordenamento jurídico no âmbito Estadual: a) Princípios constitucionais da administração pública: Hierarquia das leis: deveres, proibições, responsabilidades, penalidades, extinção, providências e medidas; b) Do processo administrativo e da sindicância: princípios, sindicância, processo e recursos; c) Dos crimes contra a administração pública; d) Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; e) Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; f) Dos crimes a administração da justiça; g) Tortura; h) Prisão do servidor público Estadual; i) Prerrogativas do advogado.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Responsabilidade Administrativa e Penal do Servidor Penitenciário.	Direitos e deveres dos servidores penitenciários; Infrações disciplinares previstas no RJU; Responsabilidade do servidor penitenciário no âmbito administrativo; Responsabilidade do servidor penitenciário no âmbito penal; Crimes	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



#### 4. EIXO CUSTÓDIA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	contra a Administração Pública: peculato, corrupção, facilitação de fuga, ingresso de aparelho telefônico ou similar.	
Sindicância e Processo Administrativo dos Agentes Públicos.	Princípios Constitucionais Administrativos; Processo Administrativo e da Sindicância: princípios, sindicância, processos e recursos; Crimes contra a Administração Pública praticada por funcionário público contra a administração em geral; Crimes praticados por particular contra a administração em geral; Crimes contra a administração da justiça; Leis especiais penais: tortura, abuso de autoridade e prisão do servidor público estadual.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Tratamento Penitenciário.	Regras Mínimas de Tratamento de Prisioneiros da Organização das Nações Unidas e sua Revisão. Regras de Mandela aplicadas ao Sistema; Rotinas práticas e protocolos de atenção à pessoa privada de liberdade: alimentação, vestuário, higiene, saúde, etc; Integração entre políticas sociais e assistências no tratamento penitenciário; Prevenção e Combate à Tortura; Manual de Tratamento Penitenciário integrado para o sistema penitenciário federal; Históricos de vida, horizontes pessoais e possibilidades de superação de óbices individuais das pessoas privadas de liberdade.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



### 5. EIXO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Administração Pública Aplicada ao Sistema Penitenciário Pará.	Compreender e desenvolver gestão na administração pública, nas especificidades do Sistema Penitenciário: a) Gestão prisional: conceito, fundamentos e práticas intersetoriais; b) Modelo de Gestão Prisional com foco na promoção de direitos e garantia das assistências; c) Processo Administrativo Disciplinar (PAD); d) Licitações e contratos; e) Orçamento e finanças; f) Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Pará; g) Gestão de pessoas, gestão de competências, liderança e trabalho em equipe; h) Gestão de Processos na Rotina Prisional; i) Gestão de Projetos para o Sistema penitenciário.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Arquitetura e Tecnologias de Sistemas de Informação.	Conceitos básicos. Workflow e gerenciamento eletrônico de documentos. Arquitetura cliente-servidor. Arquitetura orientada a serviço. Arquitetura distribuída. Arquitetura de Mainframe. Conceitos básicos de Datamining e Datawarehouse.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Atendimento ao Público.	O que é serviço público? O que é ser funcionário público? O que é direito público e segurança pública? Ética no serviço público. Discutir os princípios do tratamento humano, bem como os aspectos de ser bem atendido no serviço público. Percepções e expectativas que interferem nas sensações de satisfação e encantamento dos clientes-usuários. Analisar como seu comportamento poderá controlar desarticular ou até mesmo acalmar seu cliente-usuário, diante de situações conflituosas.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Comunicação Social Aplicada.	Compreender a importância da comunicação social na perspectiva de desenvolvimento interacional coletivo, bem como desenvolver habilidades de articulações relacionais através da comunicação: a) O fenômeno do cárcere e os discursos hegemônicos sobre penas e prisões. Alternativas e saídas para a questão. b) A importância da comunicação para gestão de crise no sistema; c) Fluxo de comunicação interna: a produção de informações relativas ao sistema penitenciário federal e no diálogo com os sistemas estaduais; d) Informações sigilosas e restritas e a inteligência penitenciária; e) Comunicação institucional.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Crimes Cibernéticos.	Conceitos básicos; Como funciona a internet; A investigação dos crimes cibernéticos; Websites; E-mails; Softwares P2P; Mensagens instantâneas; Competência jurisdicional nos crimes cibernéticos; A responsabilidade dos provedores.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito ou em Ciência da Computação ou em Ciência da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Diagnósticos sobre o Sistema Prisional.	População prisional: perfis demográficos e dados analíticos sobre diversidade das populações no sistema prisional. Elaboração de relatórios de análise. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN e SEEU como instrumento de gestão e estatísticas. Metodologias quantitativas aplicadas ao	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



### 5. EIXO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	sistema prisional. Análise de dados qualitativos e quantitativos sobre o sistema.	
Didática e Técnica de Ensino	A didática no contexto do ensino voltado ao Policiamento Penitenciário; Planejamento de ensino voltado ao Policiamento Penitenciário; Organização da prática pedagógica em sala de aula; Processos de avaliação do ensino.	Conclusão de curso de graduação de nível superior na área da educação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Documentação e Arquivistas.	Ampliar conhecimento básico referente à gestão de documentos e da informação em organizações públicas; Conhecer e utilizar o sistema de controle de protocolos da instituição.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Biblioteconomia ou em Arquivologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Elaboração de projetos, Formalização, Execução, Fiscalização e Prestação de Contas de Convênios.	Propiciar instruções sobre a elaboração de projetos, formalização, execução e a prestação de contas de convênios junto ao governo federal: a) Gestão de convênios (acompanhamento, visão do concedente); b) Gestor do convênio. c) Formas de encerramento (condicionante para denúncia, rescisão ou extinção de um convênio); d) Efeitos e consequências para ordenador de despesas; e) Quitação das obrigações; f) Modalidades e instrumentos para a transferência de recursos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Elaboração de Termo de Referência - TR	Modelo sintético de termo de referência; Contextualização e justificativa; Descrição detalhada do objeto; Estimativa do custo global; Definição dos métodos e estratégias de suprimento; Cronograma físico e financeiro; Prazo de execução; Critérios de aceitação do objeto; Deveres das partes; Fiscalização e gerenciamento; Sanções e Conclusão.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Ética Profissional.	Conceitos básicos; Regime disciplinar dos servidores; Procedimentos de correição; Ética profissional e da vida pública; Conduta no serviço público.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Finanças e Orçamento.	Orçamento na Constituição da República. Art. 165. Orçamento público; Receita; Despesa; O ciclo orçamentário; Geração da despesa; Liquidação da despesa; Programação e Contabilidade Financeira.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas, Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Gerência de Projetos.	Conceitos básicos. Alocação de recursos. Cronograma. Estrutura Analítica do Projeto (EAP)	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Gestão da Informação.	Identificar, com qualidade, produtividade e segurança, as informações necessárias para a execução dos processos; identificar e estruturar os dados necessários para a obtenção das informações utilizadas nos processos; estruturar os dados necessários para os processos de decisões gerenciais; avaliar custo/benefício dos Sistemas de Informação; analisar as conveniências de sistemas centralizados e descentralizados; planejar e programar Sistemas de Informação; avaliar a segurança de Sistemas de Informação.	Conclusão de curso de graduação de nível superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Gestão de Pessoas.	Desenvolver habilidades com relações interpessoais, bem como gerenciamento de grupos de	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas ou em Psicologia ou



### 5. EIXO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	peçoas: a) Conceitos, importância relação com outros sistemas de organização; b) A função do órgão de Gestão de Pessoas: atribuições básicas e objetivas, políticas e sistemas de informações gerenciais; c) Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho. d) Lei nº 5.810/94.	em Gestão de Pessoas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Licitações, Contratos e Convênios.	Licitação – forma específica pelo qual a Administração Pública contrata. Modalidades: Valor; Objeto; Dispensa de Licitação; Inexigibilidade de Licitação. Gestão de contratos. Tipos de Contrato. Obrigatoriedade de Contrato. Cláusulas Contratuais Obrigatórias. Extinção e Rescisão de Contratos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais, Ciências Humanas e/ou Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Liderança e Gestão.	Práticas de gestão do trabalho; Dimensão psíquico-psicológica do comportamento organizacional; Constituição do sujeito como efeito dos modos de se trabalhar; Grupos e equipes de trabalho; Características atuais das redes de trabalho; Plano de Desenvolvimento de Equipe: definição; aplicação e resultados; Condições necessárias para esse desenvolvimento.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas ou em Psicologia ou em Gestão de Pessoas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções de Gestão Financeira e Orçamentária na Administração Pública.	Possibilitar diretrizes do fluxo e gestão financeira na administração pública: a) Princípios orçamentários; b) Ciclo orçamentário; c) Receita pública; d) Despesa pública; e) Noções gerais sobre suprimento de fundo e sua respectiva prestação; f) Diretrizes para utilização de diárias e passagens no âmbito interno da SUSIPE (portaria nº 035/2016-GAB/SUSIPE, de 15 de janeiro de 2019). Orientar quanto aos procedimentos que devem ser adotados no processo de fiscalização dos contratos firmados pela SUSIPE, visando o aprimoramento dos controles voltados a garantir que sua execução seja realizada de acordo com o especificado e dentro das normas vigentes: a) Fiscal de contrato; b) Atividade e responsabilidade; c) Documentação necessária para recebimento do produto; d) Atividades e responsabilidades comuns à fiscalização de bens e serviços; e) Irregularidades a evitar nos procedimentos de fiscalização.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções de Linguagem de Programação.	Lógica. Estrutura de programação. Linguagens de Script.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Práticas de Técnicas de Ensino e Recursos Pedagógicos.	Aprofundamento do exercício da prática pedagógica por meio de oficinas que estimulem à utilização de técnicas e recursos pedagógicos as disciplinas ministradas.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Processo Administrativo Disciplinar - PAD.	Conceitos básicos; Fases: instauração, inquérito e julgamento; Prazos: contagem e prorrogação; Instauração do PDP; Instrução processual; Defesa; Relatório Final; Rito Sumário; Prescrição; Invalidades.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Redação Oficial Aplicada ao Sistema	Possibilitar a reflexão crítica acerca da leitura e da escrita necessária ao processo ensino-	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido



### 5. EIXO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
Prisional.	aprendizagem da Redação Oficial como prática imprescindível na vida diária/profissional. a) Manual de redação da Presidência da República: o emprego do pronome de tratamento, concordância com os pronomes de tratamento, identificação do signatário; b) Confecção de documentos oficiais utilizados na rotina administrativa das Unidades Penais.	por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Relações Interpessoais.	Ética profissional; Comprometimento do servidor público; Trabalho em equipe; Postura e atitude diante dos custodiados; Foco em resultados.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas ou em Psicologia ou em Gestão de Pessoas ou Linguística, Letras e Artes, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Rotinas e Procedimentos do Sistema PAE	Ampliar conhecimento básico referente à gestão de documentos e da informação em organizações públicas; Conhecer e utilizar o sistema de controle de protocolos da instituição: Instrução normativa nº 001/2011 (Tratamento de documento); Apresentação ao sistema PAE; Cadastro de documentos; Geração de processos; Anexação de documentos; Inserção de interessados; Juntada de documento e referência cruzada; Aplicabilidade de uma circular; A cópia de documentação; Tramitação e recebimento de documentos; arquivamento e desarquivamento; Criando observações, independente do momento da inclusão de despachos; Alterando e/ou excluindo uma tramitação; Exposição sobre consultas e relatórios; Aplicabilidade do sistema no Cotidiano laboral; Esclarecimentos sobre login de acesso ao sistema.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área específica e/ou experiência profissional comprovada com a temática.
Segurança da Informação.	Noções de segurança física e lógica. Configuração de ativos de segurança: firewall e proxies. Noções de VPN. Listas de acesso, mecanismos de autenticação e certificação digital. Conceito de criptografia e de chaves assimétricas. Sistemas de detecção de intrusão. Softwares maliciosos (vírus, spywares, rootkit, etc). Noções das normas ISO 27001 e ISO 27002.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Sistemas de Informação e Gestão Penitenciária.	Produção de Diagnósticos Nacionais sobre o Sistema Penitenciário; Noções sobre Lei de Acesso à Informação e Classificação de Informações; O Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN; O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN; Gestão da Informação para comunicações internas e externas: O Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Sistemas Operacionais.	Servidores Microsoft Windows. Instalação e suporte de TCP/IP, DHCP e DNS. IIS e Terminal Service. Serviços de arquivo e impressão em rede. Linguagens de Script (BAT). Estações de trabalho MS-Windows: instalação e configuração de ambiente e dispositivo. Servidores Linux. Instalação e suporte a TCP/IP, DHCP, DNS, NIS, CIFS, NFS e serviços de impressão	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.





### 5. EIXO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA

DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO EXIGIDA
	em rede. Instalação e configuração do Servidor Apache. Integração com ambiente Windows. Linguagens de Script.	
Tecnologias e Sistemas Informatizados.	Compreender e desenvolver habilidades nas Tecnologias e Sistemas Informatizados da segurança pública: a) Conceitos básicos b) O papel estratégico das tecnologias da informação na segurança pública; c) Noções básicas da segurança da informação; d) Noções básicas da gestão da informação.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área e Curso na área de inteligência, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

### DO PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção de candidatos para atuar como professor/instrutor nas disciplinas ministradas em curso de formação, capacitação ou treinamento será realizada por meio de análise curricular e com base nos critérios estabelecidos pelos eixos, conforme a seguir:

**Eixo 1: Segurança:** capacitação para o conhecimento dos aspectos básicos relacionados à segurança e disciplina e de modo a permitir ao servidor penitenciário, sempre que possível, antecipar, prevenir e/ou resolver situações de crise através da negociação e do diálogo.

#### Critérios objetivos:

1. Graduação nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciência da Saúde, Ciência da Educação e Gestão de Segurança:

- 0,25 ponto - especialista; 0,75 ponto - mestre; 1,0 pontos – doutor;
- Máximo: 2,0 pontos.

2. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário (ou Segurança Pública) em disciplina correlata a pleiteada:

- 0,3 décimos por ano completo de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
- Máximo: 3,0 pontos.

3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada:

- 0,3 décimos para cada disciplina correlata a pleiteada;
- Máximo: 3,0 pontos.

4. Participação em cursos de capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada (nos últimos 5 (cinco) anos):

- 0,2 décimos para cada 40 (quarenta) horas apresentadas e comprovadas;
- Máximo: 2,0 pontos.

**Total/ Máximo permitido no Eixo Segurança: 10 pontos**

**Eixo 2: Reinserção Social:** formação em torno dos princípios vinculados aos direitos humanos, ao respeito à dignidade da pessoa humana, bases fundamentais não só do trabalho do servidor penitenciário, como também da sua formação integral como cidadão. Capacitação para as funções técnicas de atenção e assistência aos presos e familiares e para a compreensão de que os indivíduos presos devem retornar ao convívio social devendo, portanto, os servidores incorporar essa preocupação como uma centralidade da atuação de todo o sistema.

#### Critérios objetivos:

Escola de Administração Penitenciária

Rua Santo Antônio, S/N – Campina, Belém/ PA. CEP 66010-105. Telefone (91) 3342-2375 / 2350  
eapsede@gmail.com



1. Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas:
  - 0,25 ponto - especialista; 0,75 ponto - mestre; 1,0 pontos – doutor;
  - Máximo: 2,0 pontos.
2. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário (ou Segurança Pública) em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos por ano completo de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
  - Máximo: 3,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos para cada disciplina correlata a pleiteada;
  - Máximo: 3,0 pontos.
4. Participação em cursos de capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada (nos últimos 5 (cinco) anos):
  - 0,2 décimos para cada 40 (quarenta) horas apresentadas e comprovadas;
  - Máximo: 2,0 pontos.

**Total/ Máximo permitido no Eixo Reinserção Social: 10 pontos**

**Eixo 3: Saúde:** capacitação quanto a conhecimentos básicos sobre prevenção e intervenções em questões relacionadas à saúde, realização de ações de caráter motivacional e de valorização do servidor penitenciário.

**Critérios objetivos:**

1. Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciência da Saúde, Ciência Biológicas e Gestão de Segurança:
  - 0,25 ponto - especialista; 0,75 ponto - mestre; 1,0 pontos – doutor;
  - Máximo: 2,0 pontos.
2. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário (ou Segurança Pública) em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos por ano completo de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
  - Máximo: 3,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos para cada disciplina correlata a pleiteada;
  - Máximo: 3,0 pontos.
4. Participação em cursos de capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada (nos últimos 5 (cinco) anos):
  - 0,2 décimos para cada 40 (quarenta) horas apresentadas e comprovadas;
  - Máximo: 2,0 pontos.

**Total/ Máximo permitido no Eixo Saúde: 10 pontos**

**Eixo 4: Custódia:** formação em torno dos Procedimentos dos Serviços de custódia relacionados a planejar, controlar, desenvolver, implementar, coordenar, supervisionar, promover e avaliar as atividades administrativas de execução criminal no Sistema Estadual de Administração Penitenciária, assim como do ingresso da pessoa privada de liberdade, recepção nas unidades prisionais, organiza-



ção e manuseio dos prontuários jurídicos, controle de audiências, operacionalização dos sistemas INFOPEN, SEEU/TJPA.

**Critérios objetivos:**

1. Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais e Ciências Humanas:
  - 0,25 ponto - especialista; 0,75 ponto - mestre; 1,0 pontos – doutor;
  - Máximo: 2,0 pontos.
2. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário (ou Segurança Pública) em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos por ano completo de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
  - Máximo: 3,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos para cada disciplina correlata a pleiteada;
  - Máximo: 3,0 pontos.
4. Participação em cursos de capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada (nos últimos 5 (cinco) anos):
  - 0,2 décimos para cada 40 (quarenta) horas apresentadas e comprovadas;
  - Máximo: 2,0 pontos.

**Total/ Máximo permitido no Eixo Custódia: 10 pontos**

**Eixo 5: Administrativo/Infraestrutura:** capacitação quanto às ferramentas teóricas e práticas que permitam ao servidor desenvolver suas funções administrativas e burocráticas, assim como, quanto aos fundamentos e bases jurídicas da sua função e conhecimentos básicos dos seus direitos e deveres como funcionário público.

**Critérios objetivos:**

1. Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Engenharia, Linguística, Letras e Artes, e Ciências Exatas e da Terra:
  - 0,25 ponto - especialista; 0,75 ponto - mestre; 1,0 pontos – doutor;
  - Máximo: 2,0 pontos.
2. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário (ou Segurança Pública) em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos por ano completo de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
  - Máximo: 3,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada:
  - 0,3 décimos para cada disciplina correlata a pleiteada;
  - Máximo: 3,0 pontos.
4. Participação em cursos de capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada (nos últimos 5 (cinco) anos):
  - 0,2 décimos para cada 40 (quarenta) horas apresentadas e comprovadas;
  - Máximo: 2,0 pontos.

**Total/ Máximo permitido no Eixo Administrativo/Infraestrutura: 10 pontos**